

Eixo Temático: Estratégia e Internacionalização de Empresas

**O PAPEL DO ATIVO NO BALANÇO PATRIMONIAL – UMA ANÁLISE DA
PERCEPÇÃO SOBRE SEUS COMPONENTES**

**THE ROLES OF THE BALANCE SHEET ASSETS – AN ANALYSIS OF ITS
COMPONENTS**

Nícolas Rérison Bibiano Margarida Peres, Márcia Bandeira Landerdahl Maggioni, Camila Aparecida da Silva Taschetto e Guilherme Falcão Falkembach

RESUMO

Visto a crescente necessidade da evolução da teoria contábil, tanto na vida acadêmica como na vida profissional, o presente trabalho busca, através de diversas visões, uma nova percepção a respeito dos componentes do Ativo. Diante disto, foram identificadas, a partir de diversos autores, as percepções sobre o referido tema, para que assim fosse possível chegar à unificação de um conceito. Deste modo, através da pesquisa efetuada, fica definido neste trabalho que para um item ou componente ser classificado no grupo patrimonial do Ativo, além de ser um bem ou direito, ele deve preencher cinco requisitos específicos, que são descritos nos resultados do estudo. O presente estudo teve como limitação a abordagem bibliográfica, sem buscar a análise da prática da utilização deste termo nas organizações. Sugere-se, assim, como continuidade do trabalho, a busca pela melhor, ou uma nova, conceituação sobre o Passivo e o Patrimônio Líquido representados no Balanço Patrimonial das entidades.

Palavras-chave: Conceito de Ativo, Teoria da Contabilidade, Balanço Patrimonial, Normativas.

ABSTRACT

Seen the growing need of the development of the accounting theory, both in academia and in professional life, this paper seeks, through different visions, new insights about the asset components. Given this, were identified from various authors, perceptions about the said topic, so that it was possible to arrive at a unifying concept. Thus, through the research performed, is defined in this paper that an item or component to be classified in the group's assets, as well as being a good or right, it must meet five specific requirements, which are described in the study results. This study was limited to bibliographic approach, without seeking review of the practice of using this term in organizations. It is suggested, as well as continuing work, the search for better, or a new, conceptualization of the Liabilities and Equity represented in the balance sheet entities.

Keywords: Asset Concept, Theory of Accounting, Balance Sheet, Normative.

1 INTRODUÇÃO

O estudo da teoria da contabilidade torna-se frequentemente necessário, não somente na vida acadêmica, mas para todos os profissionais da área contábil e gerencial. Não há evolução em nenhuma ciência se o profissional que a coloca em prática não acompanha as atualizações das normas e, especificamente na contabilidade, da legislação. Diante deste fato, é possível identificar que para o profissional que deseja aplicar seus conhecimentos deve fundamentar-se, primeiramente, da teoria, iniciando pelos princípios básicos, indo até os mais diversos conceitos dos campos da área.

O termo teoria, segundo Carqueja (2007), acabou sendo associado a um conceito mais amplo, apesar ser descrito em muitas situações como conhecimento especulativo, princípios básicos de uma ciência ou doutrina, hipótese ou explicação possível. Já o termo Contabilidade, é conceituado por Marion (2009) como sendo uma ciência que gera informações aos usuários para a tomada de decisão. Assim, a contabilidade coleta e registra informações, resume, interpreta os dados de todas as movimentações que afetam as situações patrimonial, financeira e econômica de qualquer entidade para então gerar relatórios e demonstrações contábeis para pessoas físicas e/ou jurídicas como um instrumento decisivo (MARION, 2009).

De acordo com Iudícibus (2009), algumas Demonstrações Contábeis são obrigatórias, com base na escrituração contábil, sendo elas o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. Especificamente sobre o Balanço Patrimonial, Iudícibus (2009) esclarece que o mesmo origina-se da expressão *balanço*, pois denota o equilíbrio entre o Ativo e Passivo, juntamente ao Patrimônio Líquido, ou seja, da igualdade obtida pelas Origens e Aplicações de Recursos. Já o termo *patrimonial* tem sua origem no patrimônio da empresa, definido pelo conjunto de bens, direitos e obrigações. Assim, o Balanço Patrimonial é entendido como o equilíbrio patrimonial de uma organização.

Estas definições, amplamente conhecidas e aplicadas pelas diferentes organizações, têm passado por modificações ao longo do tempo, e de forma mais específica a partir das reformulações propostas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC como alternativa para promover a convergência aos padrões internacionais publicados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Entretanto, as mudanças não se limitam ao já realizado. De acordo com Torres (2013), o IASB passa agora a discutir conceitos básicos, buscando redefinir as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, assim como receitas e despesas que compõem os demonstrativos de resultado.

Partindo deste contexto, em que as próprias definições são questionadas ou discutidas, não apenas localmente, mas internacionalmente, é que se propõe este trabalho. O objetivo deste artigo é verificar, a partir de diferentes definições, qual é o significado do termo Ativo, se este é visto somente como um bem ou um direito. Pretende-se, com este estudo, esclarecer a utilização do termo, bem como sua aplicação.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O patrimônio de uma empresa, de acordo com Reis (2006), é refletido pelo Balanço Patrimonial, composto por aplicações efetuadas em bens e direitos e, também, pelas origens dos recursos. Assim, o Balanço Patrimonial é composto pelas aplicações no Ativo, oriundas das origens classificadas no Passivo.

Iudícibus (2009) complementa esta definição afirmando que o Balanço Patrimonial reflete a situação patrimonial da entidade em um determinado período, geralmente no final do exercício, ou seja, no encerramento do ano. Para Favero et al. (2011), o Balanço Patrimonial demonstra o saldo de todos os bens, direitos e obrigações da entidade.

Ainda, Iudícibus (2009) assegura que o Balanço Patrimonial é separado em dois lados, sendo o lado direito do Passivo e Patrimônio Líquido. Já o Ativo fica figurado no lado esquerdo. Esta distinção é feita, segundo o autor, por mera convenção. Segundo o art. 178, da Lei 6.404/76, as contas são organizadas de acordo com “os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação financeira da companhia”.

Os elementos do Ativo são ordenados decrescentemente pelo seu grau de liquidez de acordo com as informações nela contidas, divididos em Ativo Circulante e Ativo Não Circulante (Art. 178, § 1º, I e II, da Lei 6.404/76). Esta divisão foi determinada pela Lei nº 11.941, de 2009. Resumindo, Iudícibus (2009) afirma que os itens do ativo são classificados pela sua agilidade em termos de geração de dinheiro.

Segundo Reis (2006), o Ativo Circulante registra todos os valores monetários disponíveis e os que se realizarão no próximo exercício. Estes são valores que já são representados por moeda ou que, ainda, serão transformados em moeda até o fim do exercício. Já o Ativo Não Circulante, de acordo com Reis (2006), envolve os valores que serão realizados após o término do exercício e aqueles em que o limite temporal seja incerto. Também estão compostas nesta divisão, as aplicações em outras entidades, assim como propriedades que produzam renda, aplicações que sejam mensuráveis ao mantimento da atividade fim da empresa, aplicações em valores imateriais, incorpóreos e intangíveis, necessários, também, ao mantimento da entidade.

Deste modo, Reis (2006) afirma que o Ativo é toda e qualquer aplicação efetuada para os bens e direitos da empresa, sendo esta a totalidade do patrimônio bruto. Porém, o autor complementa afirmando que qualquer entidade não pode investir no seu Ativo mais recursos do que os que são disponibilizados através das origens, sendo estas de terceiros, classificadas no Passivo, ou do seu capital próprio, que correspondem ao capital investido pelos sócios ou causado pelas operações societárias.

Ainda, o ativo indica a natureza dos valores nos quais a empresa aplicou os seus recursos, discriminando-os por suas características, podendo ser em moeda, compras de mercadorias para revenda, valores a receber, prédios, terrenos ou bens de uso em geral (REIS, 2006).

Segundo Iudícibus (2009), o ativo é representado pelos bens e direitos sob domínio e controle da entidade, desde que sejam estimados monetariamente, para que assim possam gerar benefícios para a empresa. Estes ainda podem ser bens e/ou direitos presentes ou futuros. Já para Favero et al. (2011), o ativo pode ser definido como um conjugado de bens e direitos decorrentes de eventos anteriores e que tenham capacidade de geração de caixa, o qual dispõe à entidade para que assim possam atingir os objetivos que sejam determinados no processo de gestão.

A potencialidade de geração de caixa, segundo Favero et al. (2011), torna-se um dos fatores mais relevantes no ativo, pois a partir do instante em que é iniciado um determinado evento, será esperada pelos investidores uma obtenção de lucro maior do que os recursos investidos ou que, ainda, poderiam obter em outra atividade, ou por outra aplicação dos mesmos recursos financeiros investidos.

Por conseguinte, Favero et al. (2011) conclui que ativo é toda aplicação de bens e direitos, sob posse da entidade, com capacidade de gerar benefícios presentes ou futuros, sendo avaliados monetariamente. Já Sá (2010) afirma que o ativo tem sua representação

através de valores, a fim de saciar as necessidades mensuradas da entidade, quase sempre em unidades monetárias.

Lopes e Martins (2012) expõem que o entendimento dos benefícios futuros obtidos ou de controle da empresa é resultado de fatos passados, é de grande importância para a entidade e que esta é uma característica habitual dos bens e direitos de uma instituição. Porém, Sá (2010) afirma que o ativo é representado pelos investimentos de uma célula social, ou seja, a representação de todos os recursos que foram aplicados de modo a formar o conteúdo patrimonial.

Iudícibus (2009) completa afirmando que para um item ser classificado como ativo ele deve preencher quatro condições ao mesmo tempo. Primeiramente, deve constituir bem ou direito da empresa. Necessita ser de propriedade ou posse da empresa, a fim de que esta entidade possa possuir um controle sobre este bem ou direito. Também, deve ser mensurável monetariamente, ou seja, deve ser avaliado em moeda. Por fim, este bem ou direito deve gerar benefícios, presentes ou futuros, para a entidade.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de classificar a metodologia empregada no trabalho, pode-se classificá-la do ponto de vista da natureza como uma pesquisa básica, pois de acordo com Siena (2007) é o processo de geração de conhecimentos novos para o avanço da ciência, sem preocupação prática imediata. Silva e Menezes (2005) complementam ao informar que a pesquisa básica envolve verdades e interesses universais.

Classificando de acordo com a forma de abordagem do problema, define-se como uma pesquisa qualitativa, pois de acordo com Oliveira (2007 apud SIENA, 2007, p. 37), “a pesquisa qualitativa tem um processo de reflexão e análise da realidade para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico”, o qual para Silva e Menezes (2005) não há necessidade de métodos e técnicas estatísticas e o pesquisador precisa analisar seus dados indutivamente.

A pesquisa também se classifica como exploratória, do ponto de vista dos objetivos, pois de acordo com Gil (1991 apud SILVA; MENEZES, 2005) obtém-se maior familiaridade com o problema para torná-lo explícito assumindo a forma de pesquisa bibliográfica.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, segundo Siena (2007), a pesquisa é bibliográfica, pois é feita com base em “materiais já publicados, sendo livros, artigos de periódicos e outros materiais disponibilizados na internet”. E, para Silva e Menezes (2005), verifica as diversas opiniões a respeito do tema abordado ou demais exterioridades relacionadas ao tema.

Neste sentido, o presente estudo buscou identificar, a partir da pesquisa bibliográfica, as diferentes visões, percepções e aplicações de significado do termo Ativo, bem como sua aplicação como um bem ou um direito, segundo a literatura.

4 RESULTADOS

Visto o objetivo inicial deste trabalho, que buscava identificar se o significado do ativo baseia-se somente em bens e direitos, foram efetuadas diversas pesquisas em busca da unificação de informações, a fim de chegar a um conceito específico.

Assim, percebeu-se que o Ativo corresponde às aplicações de recursos, provenientes de capital de terceiros ou dos sócio-investidores da entidade. Porém, esta aplicação somente é classificada no Ativo desde que seja um bem ou direito que esteja sob a posse da entidade.

Além disto, deve-se ter um determinado controle, para que seja avaliado, quando necessário, assim como para identificação da valorização e desvalorização ou qualquer outro fato que venha a ocorrer, levando a modificação da propriedade.

Outro requisito para que o item seja classificado como Ativo, é a geração de benefícios à entidade, ou seja, o bem deve gerar valor no presente ou no futuro para a empresa. Este fato pode ocorrer somente se a propriedade for decorrente de evento passado.

Todo bem ou direito, de acordo com diversos autores, deve ser avaliado monetariamente, pois é derivado de origens de recursos provenientes de capitais financiados por terceiros ou até mesmo pelos sócios da entidade.

Por fim, o último critério a ser analisado, é que este bem ou direito tenha um potencial de geração de caixa. Este deve dar aos investidores da empresa um retorno de lucros maior que a aplicação efetuada, ou seja, deve gerar maiores lucros que ele poderia obter com outras entidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa efetuada pode-se definir que todo e qualquer item deve preencher cinco requisitos para ser classificado no Ativo. Além de serem representados pelas aplicações em bens e direitos, todos os componentes do Ativo devem estar sob o controle e posse da empresa, para que seja feita a sua avaliação, sendo esta monetária. Também, deve gerar benefícios presentes ou futuros à entidade desde que sejam decorrentes de eventos ocorridos anteriormente. A fim de dar um bom retorno aos investidores, um requisito importante a ser analisado é a potencial geração de caixa.

O presente estudo teve como limitação a abordagem apenas bibliográfica, sem buscar a análise da prática da utilização deste termo nas organizações. Sugere-se, assim, como continuidade do trabalho, a busca pela melhor, ou uma nova, conceituação sobre o Passivo e o Patrimônio Líquido representados no Balanço Patrimonial das entidades, além do acompanhamento das novas definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e do *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a análise prática da utilização destas definições nas organizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em 13 de maio de 2013.

CARQUEJA, Hernâni O. **Teoria da Contabilidade: Uma interpretação**. Revista de Estudos Politécnicos, 2007, Vol IV, nº 7. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tek/n7/v4n7a02.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2013.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. **Contabilidade: teoria e prática**. Volume 1. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. 3ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 14ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

SIENA, Osmar. **Metodologia da pesquisa científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Porto Velho: [s.n.], 2007. Disponível em http://www.mestradoadm.unir.br/site_antigo/doc/manualdetrabalhoacademicoatual.pdf. Acesso em 31 de maio de 2013.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4ª Edição revisada e atualizada. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3439.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2013.

TORRES, Fernando. **Contadores vão reescrever o bê-á-bá**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=9376>>. Acesso em: 19 jul. 2013.